



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

ATA 09/2019

Aos dez dias do mês de junho de 2019 reuniram-se na Sala dos Conselhos, situada na Avenida Nestor Frederico Henn, 1645, em Vera Cruz, para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde tendo a presença dos seguintes conselheiros titulares e suplentes, conforme registro no livro de presenças: Douglas Vinicius Stumm, Iris Lenz Ziani suplente de Diego da Silveira, Liseana Palma Flores Geovana Machado, Geovana Machado, Raquel Braga, Rosane Gisela Jost Fontoura, Lucilei Micheli Adam, Andreia Maria Kunzler, Andreia de F. Siqueira, Cristian Wagner, Luciano Bublitz suplente de Alfeu Hepp, Leandro André Haas e Teresinha Fátima de Moura Machado. Esteve presente como ouvinte Clair Tornquist, presidente da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész. O presidente conselheiro, Douglas Vinicius Stumm, saudou os presentes, colocando que a reunião ordinária do dia 12 de junho será cancelada devido aos preceitos regimentais, devido a solicitação por parte da Secretária de Saúde uma reunião extraordinária e apresentou a pauta. O presidente, Douglas coloca em apreciação as atas. Na ata de número 6 deve ser excluído a palavra “diz” na linha 50 e a palavra “sobre” na linha 66. Substituir as palavras “usa” por “uso”, na página 66, a a palavra “coo” por “com”. Incluir a palavra “dizem” após Liseana e Diego, na linha 119. Após disso a ata 6 é aprovada por unanimidade. Após é apreciada a ata 7 onde consta que o estado está em atraso “em torno de um milhão e duzentos reais”, é “em torno de um milhão e duzentos mil reais. A ata é aprovada por unanimidade. A ata de número 8 é aprovada por unanimidade. Douglas esclarece que primeiramente serão apreciados os projetos do Hospital Vera Cruz e também relata que o Diretor Gilberto do hospital não se encontra presente pois estava programado para participar no dia 12 de junho, portanto hoje tem outra reunião, mas se colocou a disposição caso for necessário, fazer esclarecimentos por telefone. Douglas diz que todos irão receber via impresso os projetos pois já foram alterados algumas questões do projeto inicialmente recebido por e-mail, isto se deve por ele, Douglas ter analisado anteriormente e havia inconsistências consideráveis, entrando em contato com a Fundação, portanto estas alterações já foram efetuadas até o presente momento, portanto assim temos em mãos os projetos em via física. Douglas também diz que providenciou as portarias que amparam os projetos e o que implicará em valores para o hospital. Douglas diz que convidou a presidente da Fundação se caso for necessário tirar dúvidas. Prosseguindo, o presidente coloca em apreciação o **Projeto Portas de entrada hospitalares de urgência e emergência, conforme portaria 373/2013, da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész**. Os conselheiros analisam o projeto e é lida a portaria. Douglas explica que com isso o HVC irá receber em torno de cinquenta e quatro mil reais mais o acréscimo do percentual de cobertura de ESF-Estratégia de Saúde de Família do município, que será de cinco por cento. O projeto não acarretará o aumento de atendimento, mas um acréscimo financeiro do que já acontece. Liseana esclarece que desde o ano 2004 temos SAMU no município e desde dali estamos perdendo em receber esses recursos para o Hospital Vera Cruz e a lei prevê que o município que tem SAMU tem direito o hospital receber Porta entrada. Conselheiros questionam que este projeto era uma meta já colocada no ano passado como meta do HVC quando o Ana Nery assumiu e por que somente agora esta sendo encaminhado. Clair presidente da Fundação diz que primeiramente foi feito o diagnóstico da situação do hospital e verificado a questão da produção do hospital. Entende que não foi feito anteriormente talvez por falta de conhecimento do gestor anterior. Explica a situação do hospital e esclarece que este período que a nova administração assumiu foi de apropriação, diagnóstico e adequação, devido a isso a demora de ter entrado somente nesse momento. Complementa que todos são sabedores que nada é tão rápido assim. Após esclarecidos todos os questionamentos, o presidente coloca em apreciação e é aprovado por unanimidade pelos conselheiros o Projeto Portas de entrada hospitalares de urgência e emergência, conforme portaria 373/2013. Prosseguindo, iniciam a apreciação do **Projeto Unidade de internação leitos de retaguarda a pacientes em cuidados prolongados para reabilitação e fase terminal em patologias diversas**, da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész.

Douglas esclarece que esse sim acarretará em novas funções no hospital e a Portaria 2809/2012 que regulamenta esse projeto. Douglas esclarece que o projeto enviado por e-mail era de 12 leitos, mas o físico já foi corrigido para 15 leitos de retaguarda, o que é regulamentado e orientado pela portaria. Douglas explica que o projeto foi feito por uma empresa contratada pelo Ana Nery e esses utilizaram um cálculo e esqueceram de cumprir o que é prescrito pela portaria. Douglas diz que comparou o projeto e a portaria, e entrou em contato anteriormente com a Fundação para fazer as adequações, por isso, já foi feito as adequações e apresentado agora o projeto via físico a todos os conselheiros. Douglas explica o que a portaria no capítulo V, prevê de incentivo financeiro para o hospital. Com isso, o hospital se torna referencia nesse serviço e auxiliará na saúde financeira do mesmo. Liseana explica como funcionará, que os pacientes que utilizarão esses leitos serão provenientes de outros hospitais com serviços de referencia como o de Rio pardo, Santa Cruz, Ana Nery entre outros, e com isso irá desafogar também os leitos desses hospitais que poderão internar pacientes de sua referencia de competência. Isso auxiliará os pacientes que necessitam do atendimento das referencias e ajudará o HVC que atualmente não tem referência ainda. Esclarece que isso será regulado sempre pela decima terceira de saúde e não o município e nem o HVC. Os pacientes de leitos de retaguarda precisam de tratamento paliativo e conforto e isso não necessita muito investimento somente de pessoal humano. Iris questiona se os profissionais serão contratados pelo HVC ou serão do município e se as pessoas que virem a falecer serão contabilizados no índice de mortalidade no município de Vera Cruz ou de origem. Liseana esclarece que o HVC necessitará contratar os profissionais necessários e não serão do município e as pessoas que vieram a óbito serão contabilizados no município de origem. Após sanadas os questionamentos é colocado em votação. É aprovado pelos conselheiros presentes somente com a ressalva da Conselheira Iris que aprova desde que os profissionais necessários sejam contratados pelo hospital e não cedidos pelo Município e que os óbitos dos pacientes sejam contabilizados no município de origem e não no Município de Vera Cruz. Na sequência Douglas coloca em análise o **Projeto Terapêutico - Serviço Regional de média complexidade em clínica geral para atendimento a pacientes psiquiátricos/saúde mental federal**, da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész, explicando que os conselheiros acompanhem a via física. Ele relata que não sugeriu muitas alterações conforme o que havia sido encaminhado anteriormente por e-mail. O mesmo está conforme a portaria. Liseana esclarece que hoje o HVC já faz o suporte de internação psiquiátrica mas não recebe por isso, e hoje existe muita demanda de atendimento e hoje quem usa esses atendimentos normalmente são pacientes que judicializam. E se for conseguido isso irá ser referencia e com isso teremos outras coisas. Sandro diz que será bem importante pois existem muitas pessoas que necessitam. Liseana esclarece que os leitos serão regulados não pelo município e sim pela regulação do estado, não necessariamente serão nossos municípios, pois será regional. Outros conselheiros contribuem que o aumento de internações e de referencia do HVC trará mais fluxo de pessoas para o comercio local, gerando mais recursos através dos impostos e serviços. Após esclarecidas os questionamentos o mesmo é aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Prosseguindo, foi apreciada a **PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE da secretaria Municipal de Saúde - 2020**. Constatase que o plano está embasado muito na questão de manter e isso se deve ao fato da crise econômica. Douglas diz que prevalece o manter e não o implantar e o implementar. Sugere em pensarmos em ações de articulação, como já tem as práticas integrativas, mas faz as considerações como isso chega e é disponibilizado ao cidadão, sabe-se que a regulação ajudou muito e a transparência já auxiliou muito, mas precisa ser melhorado a transparência do processo, como por exemplo o encaminhamento as referencias, os encaminhamentos no próprio hospital de Vera Cruz. Isso não quer dizer falta de transparência mas existem arestas a serem transpostas, como ruídos de informações, o retorno das reclamações realizadas na ouvidoria da Saúde e do HVC e isso deveria ser sanado. Douglas questiona a partir de dados apresentados na reunião anterior em relação ao suicídio e as tentativas de suicídio em crianças, adolescente e jovens, que parece que falta na programação metas propostas em relação a esta questão. Douglas percebe que nas escolas os estudantes estão mais depressivos e como CMS devíamos dar mais atenção para que existam ações e incluir na Programação. Douglas ainda informa que nos dados de registros na Pesquisa escolar do IBGE, constam que 30% dos estudantes do nono ano do ensino Fundamental estão em depressão e

na Programação aparece o CAPs e o CAPSij mas não aparece com clareza ações que visam esse trabalho. Sandro diz que o CAPSij trabalha muito bem essas questões quando se tem emergência. Fátima diz que no bairro dela percebe isso nas crianças e acha que se devia pensar num trabalho com a família como um todo. Liseana diz que isso não precisa estar escrito na Programação Anual de Saúde, mas o que se vê é a falta de um trabalho de intersetorialidade entre a saúde, a educação, habitação, assistência social, igrejas, entre outros, mas cada um trabalho isoladamente. Ocorre projetos pontuais intersetoriais, mas não continuo e daí nada melhor se o CAPSij e a Educação sentarem juntas para realizarem um trabalho em relação a isso. Liseana diz que o trabalho com as pessoas é delicada, citando um exemplo que aconteceu onde os médicos não deram remédios e não deram exames e as pessoas não saem satisfeitos com isso. As pessoas precisam ser conscientizadas que nem sempre precisa de remédio ou exames e sim outros tipos de atendimento para sanarem o seu problema. É urgente a desconstrução da necessidade de tanta medicalização, sabe que a culpa não são dos pacientes mas sim dos profissionais que introduziram essa cultura da medicalização. Liseana diz que muitas vezes os casos precisam ser discutidos entre os profissionais e para isso precisam ter tempo para se reunirem, a respeito disso pediu ao prefeito para que se tenha pelo menos uma hora por semana no serviço da saúde para analisarmos os casos entre os profissionais. É necessário de se ver as pessoas como um todo e não fazer as coisas paliativamente. Liseana acha que não precisa constar na Programação anual mas solicitando que se tenha esse momento de articulação e solicitando que os serviços tenham esse tempo de reflexão e análise dos casos. Liseana diz que o CAPSij se mudou e precisam de infraestrutura e material pois os móveis são tudo velhos e precários. É discutido como construir esse espaço para rever ações em relação a criança e do adolescente, para prevenir a saúde mental. Iris explica que existe o Fórum Municipal da Criança e do adolescente que tem o objetivo de discutir ações voltadas a infância e juventude, atualmente não existe a participação de todos os setores, e poderia ser utilizado. Após várias colocações e contribuições é aprovado por unanimidade a PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - 2020 com o acréscimo da meta “Implantar uma comissão intersetorial de saúde mental infanto juvenil para a estruturação de propostas relacionadas a saúde das crianças e adolescentes” com a participação das diferentes secretarias, entidades e comunidades. Douglas coloca o assunto da **Dengue** em pauta e relata a palestra que participou na Semana de Uma Só Saúde, das mutações e dos problemas que estão em nosso entorno nos municípios vizinhos que já estão infestados e questiona como nós do CMS estamos pensando e preparados para prevenir para que não sermos um município infestado. Liseana explica que inclusive hoje estavam reunidos para atualizar o Plano de Contingenciamento e já estão prevendo ele no nível três, e deverá ser factível de ser atendido, não é simples de se fazer, pois para isso necessita de recursos materiais e humanos. Liseana ainda relata que não tem como se embasar em outro, pois não tem a experiência. Geovana relata que o HVC deve se preparar para isso e com isso deve investir para algo que não se tem experiência. Liseana ainda lembra que se acontecer a população deva ter mais cuidado ainda em relação a medicação, ainda mais que toma Ibuprofeno como água que trará maiores consequências. Liseana diz que no sábado do dia 15 de junho, terá um mutirão onde inclusive as agentes de saúde irão auxiliar. Liseana ressalta que a DENGUE NÃO É UM PROBLEMA DE SAÚDE E SIM SOCIAL onde a Secretaria de Saúde também esta envolvida assim como todos os outros setores (educação, social, obras, saneamento, entidades e sociedade em geral) deveriam estar envolvidos, é um problema de todos. Douglas questiona se existe legislação para as residências onde não deixam entrar. No município não existe legislação que prevê isso. Lucilei, relata que deixam a agente de saúde entrar mas o que existe é que é falado para as pessoas fazerem para evitar a proliferação do mosquito mas na visita do mês seguinte nada foi feito. Aline relata uma situação de água parada no Bairro Arco-íris. É sugerido ter uma lei onde as pessoas fossem advertidas pra que cuidem e não proliferem o mosquito. Liseana lembra que se culpa muito os munícipes e não se cuida nos espaços públicos por isso também deva ter um responsável em cada escola e espaço público para cuidar da higienização do seu espaço. Aline cita um exemplo que em Santa Cruz até em um posto de saúde tinha larvas do mosquito. Douglas passa a palavra para Iris. Iris convida as entidades presentes (ACISA, Bairros, STR, Comunidades Religiosas, Fundação de Saúde, Rotary, entre outras) através dos seus representantes para participarem com um representante na reunião do dia 17 de junho, as 18 horas, na Sala dos

Conselhos Municipais do Comitê Municipal de Mobilização, Prevenção, Combate e Controle do Mosquito *Aedes aegypti* que está sendo criado no Município de Vera Cruz. Este foi criado em função da atual condição epidemiológica em que se encontra a região, com casos autóctones de Dengue registrados em Santa Cruz do Sul, e da infestação pelo *Aedes aegypti* em diversas cidades do Vale do Rio Pardo, e é cada vez mais urgente a mobilização da sociedade para a implementação de ações de prevenção e combate a este vetor, o que será planejado nas reuniões deste Comitê. Liseana ainda ressalta que se o município for infestado deverá contratar doze agentes de endemias e isso sairá dos recursos da saúde. Liseana aproveita para falar do problema da Raiva Bovina que já foi encontrada nos municípios vizinhos (Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Venâncio Aires, entre outros) e em humano já teve um óbito em Santa Catarina. Deve-se urgentemente conscientizar os produtores rurais com gado para que vacinem o gado evitando assim que ela se prolifere e evitando assim a raiva em humanos. Liseana diz que a vacina da raiva é acessível e o estado está economizando não dando mais e assim surgem outros problemas. Todos se comprometeram em auxiliar na divulgação e conscientização para que aconteça a vacinação. Douglas apresenta que a Comissão de Finanças se reuniu, analisou os relatórios, empenhos e pagamentos referente ao mês de maio, onde foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 1.302.062,56 (um milhão, trezentos e dois mil e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), sendo que R\$ 29.447,37(vinte e nove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) foram estornados, ficando o líquido pagos de R\$ 1.272.615,19(um milhão, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e quinze reais e dezenove centavos). Questionam a Liseana que o pagamento referente ao CISVALE no mês foi muito maior que nos meses anterior. Liseana esclarece que foi por causa do mutirão cardiovascular e nos próximos meses irá ser maior porque tem várias ecografias pendentes e pra dar andamento é necessário usar o CISVALE. Íris pergunta se o que é pago do CISVALE é somente a questão relacionada a saúde. Liseana diz que sim pois as demais pastas são de recursos de outra pasta. Douglas coloca em apreciação o mês de maio e ninguém se manifesta ao contrário. Prosseguindo, Fátima, da CIST - Comissão Interpartite da Saúde do Trabalhador apresenta o relato da reunião da CIST e o andamento dos trabalhos da Comissão. Relata o avanço dentro do município em relação a segurança da saúde do trabalhador e constatou-se que os setores não se conversam e foram acordados de que o setor do RH do município e o setor da saúde que insere os dados da saúde do trabalhador no sistema de saúde irão trocar informações, bem como, a questão das vacinas em certos servidores, dos equipamentos de EPIs necessários, da importância do médico de trabalho e não do SUS, entre outros conforme consta na ata da CIST. Liseana relata que terá uma reunião com a ERGOS nos próximos dias. Andreia relata da importância da visita do técnico de saúde do trabalhador que orientou várias questões na Farmácia Pública quanto a disposição de caixas de medicamentos e a forma de carregar, isto não necessitou de investimento financeiro mas somente a orientação já melhorou a saúde deles. Douglas pede se todos concordam em deixar o relato da conselheira e delegada Fátima, referente a participação na Conferência Estadual de Saúde e a apresentação das propostas prioritárias da 8ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul para a 16ª Conferência Nacional de Saúde para próxima reunião do CMS devido ao adiantado da hora. Todos concordam. Após Douglas passa a palavra a Andreia, conselheira e farmacêutica. Andreia relata sobre uma situação que percebeu em relação a prescrição de medicamentos no período de sexta-feira a domingo no plantão do Hospital, onde a Farmácia pública não está aberta, e segunda-feira muitos pacientes sem condições financeiras chegam para retirar na farmácia e isto a preocupou pois as pessoas, principalmente em casos em crianças e em adolescentes, onde com a medicação já poderiam ter melhorado. Entende que precisa ter um levantamento de quantidades, vera questão da legislação de dispensação, verificar junto ao Hospital o que é possível fazer quanto a dispensação. Cita como exemplo no CEMAI em Santa Cruz do Sul. Luciano diz que pelo que sabe, esta dispensação esta sendo modificado, teríamos como ver como funciona. Discute-se sobre a questão e vários comentários são levantados. É levantada a questão e deve ser bem planejado e analisado todos os pontos positivos e negativos. Fica então para ser realizada a pesquisa e a questão para futuramente ser analisada, com muito cuidado. Sandro questiona se a SAMU pode pegar um paciente na casa e após largar no meio do caminho, relata o fato que aconteceu a pouco tempo.

Liseana diz que não e detalha que quem autoriza a saída da SAMU é a regulação estadual, e raramente acontece a liberação inversa que ela como Secretária de Saúde pode fazer, mas se liberar irregularmente sofre penalidades. E Liseana reforça que isso não poderia ter acontecido e deveria ser investigado o que e o por que isso aconteceu. Na sequência Douglas lê o Ofício CT nº 140/2019 recebido onde informa que no dia 04 de junho de 2019, no atendimento do Hospital Vera Cruz, havia uma fila de espera de aproximadamente de 50 pessoas, onde não foi observado o atendimento preferencial de crianças e adolescentes e nem de idosos e solicita que apure os fatos da presente denúncia. Sandro diz que em maio o Conselho Tutelar recebeu uma denúncia que já não tinham mais cotas e este mês resolveu acompanhar para ver se realmente era assim. Acompanhou dessa vez as crianças e presenciou que foram atendidos mas as demais crianças e adolescentes não foi seguido o que é prescrito na legislação, inclusive a atendente foi muito grosseira. Liseana questiona se fez Ouvidoria. Sandro diz que fez ouvidoria aqui e em Santa Cruz do Sul como também no Ministério Público. Liseana diz que entende que ele é um que defende arduamente as crianças e os adolescentes mas poderia ter vindo falar com ela, pois a contratação do Laboratório é feito pelo município e não tinha conhecimento dessa situação. Liseana diz que mensalmente é feito reunião com o Hospital e também aconteceu a troca de Laboratório, antes era o Laboratório Santa Cruz e agora é do Ana Nery. E hoje a demanda é maior que a oferta disponibilizada. Explica que o Laboratório Santa Cruz era todo informatizado e o do Ana Nery é um posto de coleta e não é informatizado e com isso se tem um retardo no processo, por isso a Secretária já anexa um bilhete onde consta que o paciente deve passar para agendar o exame eletivo que é diferente o que é urgente. Sandro diz que esta em discussão que o atendimento prioritário. Geovana questiona com quem ele falou. Ele disse que ligou para a ouvidoria do HVC e do Ana Nery. Liseana diz que deveria ter feito um registro e não uma denúncia. Liseana pede para o presidente que fique registrado todas as palavras: “que fazem reuniões mensalmente com a Gestão do Ana Nery, que está ciente dessa situação e sabe que está errado, inclusive vão aumentar as cota dos exames, estamos estudando juridicamente de como fazer isso dentro do contrato que rege, e a presidente da Fundação Dr Jacob Blész sabe que não pode ser só falando que vamos aumentar quinze mil reais da cota. Isso deve ser feito juridicamente. Estamos trabalhando para que as pessoas não irem nessa concentração no início do mês, por que isso é um problema, que é a concentração no início do mês, concomitantemente a isso o HVC em conjunto com o Laboratório vai estar espaçando os agendamentos dos pacientes crônicos, de controle, de chekapp de forma que possam ser daqui a sessenta dias. Para que isso? É para priorizar as crianças, os idosos e os que tem problemas mais urgentes, e essa é demanda que estávamos organizando na última reunião na semana passada, que a Geovana possa confirmar. Na sexta-feira ultima tivemos reunião com as coordenações da Saúde Básica e nesta semana iniciou a dispensação desse bilhete para que as pessoas vão ao hospital agendar a hora e a data de realizar seu exame, conjuntamente esta buscando o aumento das cotas e isto virá para o CMS assim que tiver visto legalmente como é de praxe onde o conselho deverá aprovar. Liseana pede encarecidamente ao Sandro que tem conhecimento e tem uma visão muito importante pra contribuir mas que venha conversar e não acione o Ministério Público, assim fica difícil de conversar e precisa se defender”. Sandro diz que mesmo colocando isso, é prioridade o atendimento da criança e do adolescente e os idosos. Liseana, lembra ao Sandro que é Conselheiro Tutelar, que a Lei é clara na destituição de uma criança da família mas mesmo assim são analisadas todos os contextos sociais e assim na saúde também tem que ser analisada as questões no contexto financeiro e na demanda existente. Geovana diz que que estavam atendendo de forma não correta até o dia 14 de maio, atendendo o fluxo dia após dia e quando iniciaram atender de forma correta a questão das cotas e chegava no dia 15 não tinham mais cotas de atendimento. E por isso aconteceu, e a funcionária não teve culpa com o calor no atendimento das muitas pessoas. Geovana diz que não se repetirá e pede ao Sandro que quando tiver uma demanda que venha falar com ela no hospital e não com outra pessoa. E também espera que quando precisar dele, ele também atenderá a mesma. Liseana diz que ninguém está no serviço de saúde para prejudicar um paciente, mas deve entender que existem limites de pessoas de financeiros, entre outros. Douglas toma a palavra e diz que regimentalmente que será oficiado por escrito pelo CMS para ter a resposta por escrito. Raquel aproveita e levanta a questão que os pacientes de fisioterapia também no início do mês vão as

quatro horas da manhã para agendar e as nove horas não tem mais cotas de atendimento. Solicita que poderia ser revisto a forma do agendamento das cotas. Liseana diz que é uma outra situação, os exames são para um diagnóstico clínico e a questão da fisioterapia é outro patamar é necessário implantar outros tipos de atividades como educadora física entre outras e não aumentar as cotas. Raquel diz que não quis colocar para aumentar as cotas e sim o gerenciamento na distribuição para que não cabem no primeiro dia do mês. Fátima lembra que o pessoal da CEREST estão sendo remanejados para Vera Cruz e isto devia ser revisto, pois aumentará a demanda. Sem mais nada a tratar o presidente encerrou a reunião, e eu, Iris Lenz Ziani, conselheira suplente, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada por mim, pela presidente e demais conselheiros. Vera Cruz, 10 de junho de 2019.

DOUGLAS VINICIUS STUMM
Presidente do CMS 2019-2020